



Parcerias Público-Privadas e Concessões

Relatório de
2009



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	UNIVERSO DAS PPP E CONCESSÕES POR SECTORES DE ACTIVIDADES	4
3.	ACTIVIDADE EM 2008	6
4.	PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	7
4.1.	RODOVIÁRIAS	7
4.1.1.	Em exploração	7
4.1.2.	Em construção	9
4.1.3.	Em concurso	10
4.1.4.	Outros factos relevantes no sector rodoviário	11
4.2.	FERROVIÁRIAS	11
4.2.1.	Em exploração	11
4.2.2.	Em concurso	12
4.3.	SAÚDE	13
4.3.1.	Em exploração	13
4.3.2.	Em construção	13
4.3.3.	Em concurso	14
4.4.	SEGURANÇA E EMERGÊNCIA	15
5.	CONCESSÕES	15
5.1.	AEROPORTUÁRIAS	15
5.2.	ENERGIA – RECURSOS HIDROELÉCTRICOS	16
5.3.	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E GÁS	17
5.4.	AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)	17
6.	ANEXO	19

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual – 2009 sobre Parcerias Público Privadas e Concessões insere-se no âmbito da actividade de acompanhamento e de reporte de informação do GASEPC - Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias Público-Privadas e Concessões e reflecte os factos mais relevantes ocorridos em 2008, bem como a análise dos fluxos financeiros ocorridos ao longo do ano no âmbito de contratos de parceria público privada (PPP) e concessões¹.

Os dados subjacentes às análises constantes deste relatório foram obtidos junto das entidades da administração pública e do sector empresarial do Estado que detêm competências em matéria de acompanhamento e gestão de projectos em cada um dos sectores de actividade mencionado, as quais têm correspondido com elevado sentido de cooperação aos pedidos de informação solicitados, designadamente quanto aos fluxos financeiros inerentes a cada um dos projectos.

A este propósito, importa referir que no final de 2008 foi decidido desenvolver, no âmbito do SIRIEF, Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira, uma plataforma informática inicialmente desenvolvida para recolha e tratamento de informação referente a empresas do sector empresarial do Estado, um módulo específico para recolha e tratamento de informação sobre as PPP, processo que se encontra actualmente em fase adiantada de desenvolvimento.

Por último, merece referência o facto da DGTF, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, ter iniciado, no final de 2008, o desenvolvimento de um modelo de acompanhamento das concessões, baseado na avaliação de um conjunto de indicadores de performance, associando grupos de variáveis económico-financeiras das concessionárias com indicadores de qualidade de serviço e de risco de construção.

DGTF, Julho de 2009

¹ No presente relatório o termo “concessão” aplica-se, quer às PPP cujo instrumento de regulação jurídica é um contrato de concessão, quer aos casos em que a relação contratual existente entre as partes configura uma concessão, mas as respectivas características não reflectem inteiramente o quadro legal aplicável às parcerias público privadas.

2. UNIVERSO DAS PPP E CONCESSÕES POR SECTORES DE ACTIVIDADES

Actualmente o universo de PPP e concessões inclui 86 concessões das quais 57 em exploração, 17 em fase de investimento/construção, e 12 em fase de concurso.

Em termos da sua distribuição sectorial, os sectores rodoviário e de águas, saneamento e resíduos são os que concentram maior número de projectos desenvolvidos (32 concessões), no primeiro caso na modalidade de parceria público-privada e no segundo, através de concessões de exploração de sistemas multimunicipais de águas e tratamento de resíduos.

Quadro 2.1 PPP e Concessões em Exploração, Investimento/Construção e Exploração

LISTAGEM DE PPP CONCESSÕES

Sector Rodoviário		Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Exploração	Concessão Lusoponte	Lusoponte,SA	1995	897,6
	Concessão Norte	AENOR,SA	1999	1.310,1
	Concessão Oeste	A-E Atlantico,SA	1999	570,1
	Concessão Litoral Centro	Brisal, SA	2004	325,8
	Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	ScutVias,SA	1999	924,6
	Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	LusoScut Costa de Prata,SA	2000	531,6
	Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	EuroScut,SA	2000	570,1
	Concessão Scut Interior Norte (IP3)	NorScut,SA	2000	645,0
	Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	LusoScut Beiras Litoral e Alta,SA	2001	1.135,6
	Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	EuroScut Norte,SA	2001	656,2
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	LusoScut,SA	2002	732,5	
Invest./ Construção	Sub-concessão Douro Litoral	AEDL,SA	2007	872,2
	Sub-concessão Grande Lisboa	LusoLisboa,SA	2007	467,7
	Sub-concessão AE Transmontana	A-E 21, SA	2008	508,0
	Sub-concessão Douro Interior	Aenor Douro,SA	2008	826,0
	Sub-concessão Tunel do Marão	A-E Marão,SA	2008	458,4
	Sub-concessão Baixo Alentejo	VBT,SA	2009	278,0
Sub-concessão Baixo Tejo	SPER,SA	2009	308,0	
Em concurso	Baixo Tejo	-	-	443,0
	Baixo Alentejo	-	-	586,0
	Litoral Oeste	-	-	536,0
	Autoestrada do Centro	-	-	740,0
	Algarve Litoral	-	-	150,0
	Pinhal Interior	-	-	772,0
Sector Ferroviário		Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Exploração	Metro Sul Tejo	MTS,SA	2001	269
	Transp. Ferroviário eixo-norte/sul	Fertagus,SA	1999	900*
Em concurso	Rede de alta velocidade PPP1 (Poceirão/Caia)	-	-	1711
	Rede de alta velocidade PPP2 (Lisboa/Poceirão)	-	-	1585
Sector Saúde		Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Exploração	Gestão do Centro de Atendimento do SNS	LCS,SA	2005	55,9
	Gestão Centro Medicina Fisica Reabilitação Sul	HPP,SA	2006	3,0
Invest./ Construção	Gestão do H. Braga - Ent. Gestora do Edifício	Escala Braga, SA	2008	131,0
	Gestão H. Cascais-Ent. Gestora Estabelecimento	HPP,SA	2008	402,6
	Gestão H. Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP,SA	2008	286,2
Em concurso	Hospital de Loures-Ent.Gestora Edifício	-	-	80,8
	Hospital de Vila Franca Xira-Ent.Gestora Edifício	-	-	74,2
	Hospital Lisboa Oriental - Ent. Gestora do Edifício	-	-	377,0
	Hospital Central do Algarve- Ent.Gestora Edifício	-	-	267,0
Sector Segurança Interna		Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Invest.	SIRESP	SIRESP	2002	609,0

(Continua)

	Sector Hídrico	Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Invest./ Construção	Barragem de Foz Tua	EDP	2008	340,0
	Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	1.700,0
	Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	510,0
	Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	257,0
	Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	360,0
	Barragem do Alqueva	EDP	2008	339,0
	Sector ENERGIA - GÁS NATURAL	Concessionário	Aprov bases	Activo Líquido (2007) M€
Exploração	Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Guarda)	Transgás Armazenagem, SA	2006	27,4
	Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	570,2
	Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. Gás do Centro, SA	2008	280,8
	Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	156,1
	Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. Distrib. Gás, SA	2008	288,7
	Armaz. Regasificação de Gás Natural (Sines)	REN Atlântico, SA	2006	223,6
	Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Guarda, Pombal)	REN Armazenagem, SA	2006	114,2
	Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Companhia Gás das Beiras, SA	2008	60,5
	Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empresa Gás Vale do Tejo, SA	2008	62,8
	Gestão Rede Nacional Transporte de Gás Natural	REN Gasodutos, SA	2006	740,7
	Sector ENERGIA - ELECTRICIDADE	Concessionário	Aprov bases	Activo Líquido (2007) M€
Exploração	Rede Eléctrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	1.228,4
	Exploração da Rede Nac. Distribuição de elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2006	1.735,3
	Sector Ambiente (Águas, Saneamento e Resíduos)	Concessionário	Aprov bases	Investimento M€
Exploração	Águas de Santo André	Águas de Santo André, SA	2001	130,3
	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA	2001	418,4
	Águas do Algarve	Águas do Algarve, SA	1995	457,6
	Águas do Ave	Águas do Ave, SA	2003	239,2
	Águas do Cávado	Águas do Cávado, SA	1995	103,2
	Águas do Centro Alentejano	Águas do Centro Alentejano, SA	2003	69,3
	Águas do Centro	Águas do Centro, SA	2001	37,8
	Águas do Douro e Paiva	Águas do Douro e Paiva, SA	1996	272,7
	Águas do Minho e Lima	Águas do Minho e Lima, SA	2000	173,7
	Águas do Mondego	Águas do Mondego, SA	2004	243,8
	Águas do Norte de Alentejano	Águas do Norte de Alentejano, SA	2000	95,0
	Águas do Oeste	Águas do Oeste, SA	2001	51,8
	Águas do Zézere e Côa	Águas do Zézere e Côa, SA	2000	155,8
	Algar	Algar, SA	1996	45,7
	Amarsul	Amarsul, SA	1997	51,2
	Ersuc	Ersuc, SA	1997	68,6
	Rebat	Rebat, SA	2001	31,4
	Resat	Resat, SA	2000	18,9
	Residouro	Residouro, SA	2001	24,1
	Resiestrela	Resiestrela, SA	2008	ND
	Resioeste	Resioeste, SA	1998	33,1
	Resulima	Resulima, SA	1996	24,0
	Sanest	Sanest, SA	1995	201,6
	Simarsul	Simarsul, SA	2004	227,0
	Simlis	Simlis, SA	2000	69,0
	Simria	Simria, SA	2000	157,4
	Simtejo	Simtejo, SA	2001	520,2
	Suldouro	Suldouro, SA	1996	39,4
	Valnor	Valnor, SA	2001	24,8
	Valorlis	Valorlis, SA	1996	23,6
	Valorminho	Valorminho, SA	1996	10,1
	Valorsul	Valorsul, SA	1995	286,4

Nota: para concessões em concurso, os valores de investimento correspondem a estimativas

Fonte: Entidades Públicas Gestoras dos Projectos

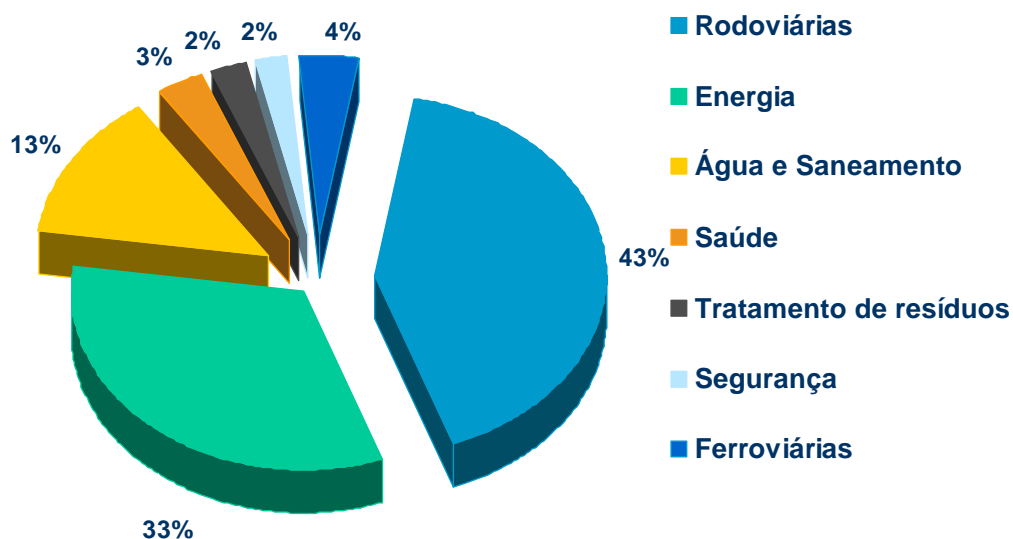
3. ACTIVIDADE EM 2008

O ano de 2008 foi marcado por um forte impulso no desenvolvimento do programa de PPP, como modelo de implementação de investimentos em infra-estruturas de interesse público em vários sectores de actividade.

Não obstante a turbulência dos mercados financeiros que se fez sentir com particular incidência na segunda metade do ano de 2008, foi possível assegurar competitividade na generalidade dos concursos lançados, foram aprovadas as bases de concessão relativamente a 12 novos projectos (3 no sector rodoviário; 3 no sector da saúde e 6 no sector energético - recursos hídricos) e foram renovados 6 contratos na área da distribuição de gás natural. Ao longo do relatório serão analisados, com maior detalhe, as novas parcerias constituídas em cada um dos sectores de actividade.

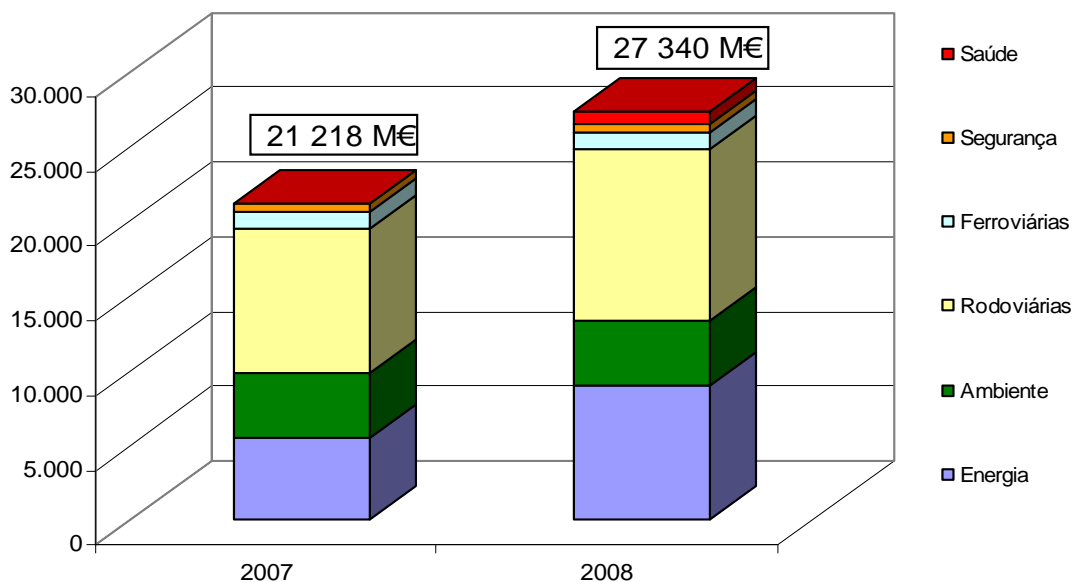
Considerando-se os novos projectos, a repartição sectorial do universo de PPP e concessões identificados, tendo por base o montante de investimento das infra-estruturas, encontra-se representado no Gráfico seguinte.

Gráfico 3.1 – PPP e Concessões – Investimentos por sectores



Nota: Relativamente aos investimentos em curso, os valores considerados correspondem a estimativas.

Relativamente ao exercício anterior, o maior crescimento, em termos absolutos, verificou-se nos investimentos concessionados no sector de produção de energia (construção e exploração de barragens), seguido dos projectos lançados na modalidade de PPP no sector rodoviário, como se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 3.2 – Evolução do investimento 2007 / 2008 – Valores acumulados


O sector rodoviário continua a representar a maior parcela de investimentos implementados na modalidade de PPP, com um peso de 54% do universo considerado.

4. PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

4.1. RODOVIÁRIAS

4.1.1. Em exploração

Quadro 4.1.1.1 – Pagamentos líquidos no exercício de 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Rodoviárias	Ano 2008 - Situação em 31.12.2008					
	REL. OE	Executado	Desvios	Reequilíbrios	Total	%Exec./OE
Portagens virtuais						
Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	45,4	43,3	-2,1	-	43,3	95%
Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	138,8	136,4	-2,4	1,5	137,9	99%
Concessão Scut Interior Norte (IP3)	107,5	92,4	-15,1	-	92,4	86%
Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	71,8	71,6	-0,2	-	71,6	100%
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	101,7	78,2	-23,5	-	78,2	77%
Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	44,2	42,4	-1,8	21,8	64,2	145%
Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	195,1	179,8	-15,3	-	179,8	92%
Subtotal	704,5	644,1	-60,4	23,3	667,4	95%
Portagens reais						
Sub-concessão Douro Litoral	-	-207,6	-207,6	-	-207,6	n.a.
Concessão Lusoponte	-	-	-	13,0	13,0	n.a.
Concessão Grande Lisboa	-	-	-	8,8	8,8	n.a.
Concessão Norte	155,6	-	-155,6	-	-	0%
Subtotal	155,6	-207,6	-363,2	21,8	-185,8	-119%
Total	860,1	436,5	-423,6	45,1	481,6	56%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

O valor total líquido dos encargos suportados pelo conjunto das PPP rodoviárias ficou em 56% das previsões constantes no relatório do Orçamento do Estado para 2008. Para este nível de cumprimento contribuíram duas situações particulares:

- O recebimento, em Janeiro de 2008, da quantia de 207,6 M€ no âmbito da assinatura do contrato da subconcessão Douro Litoral celebrado no final de 2007;
- A limitação dos montantes pagos a título de reequilíbrios financeiros a 45,1 M€.

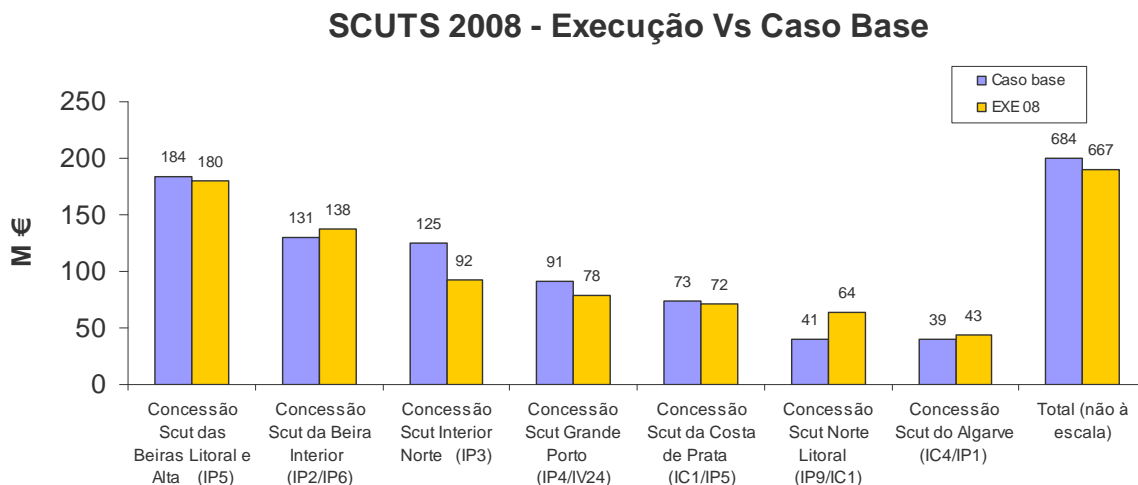
Se expurgarmos estes montantes aos valores previstos, obtêm-se um nível de execução de 97% face às previsões do relatório do Orçamento de Estado para 2008.

- **PPP Rodoviárias de portagem virtual:**

- Nível de execução global dos pagamentos efectuados face às previsões de 2008: 95%.
- Em geral, os valores realizados são inferiores aos previstos (tendência de queda do tráfego médio anual, acentuado pelo comportamento negativo nos últimos meses do ano)
- Face ao período homólogo, de entre os 74 troços da rede viária concessionada, em 59 verificou-se um volume de tráfego inferior ao constante do *caso-base*, (eventualmente justificado pela subida do preço dos combustíveis e pelo abrandamento da procura).
- Principais desvios: Norte Litoral e Grande Porto, com um nível de execução financeira de 145% e 77%, respectivamente. No caso da concessão Norte Litoral, o desvio deveu-se a um pagamento extraordinário de reequilíbrio de 21,8 M€, devido a atrasos nas aprovações ambientais e a alterações no traçado inicial. Quanto à concessão do Grande Porto, os atrasos na conclusão da obra determinaram uma renda inferior à estimada no *caso-base*.

Comparando os fluxos reais com os do *caso-base* das concessões rodoviárias com portagem virtual, observam-se os seguintes resultados:

Gráfico 4.1.1 – Pagamentos realizados em 2008 face às previsões constantes dos casos base



- Globalmente verifica-se uma tendência dos pagamentos realizados ficaram abaixo do previsto (menos 2% aproximadamente)
- Nos casos das concessões SCUT Beira Interior, SCUT Norte Litoral e SCUT Algarve, os pagamentos excedem o previsto no *caso-base*: o tráfego real cifrou-se acima do caso base, agravado, relativamente às duas primeiras concessões, pelos valores pagos a título de reequilíbrios financeiros, a que atrás se referiu.
- Caso a caso, a interpretação dos dados de comparação entre os fluxos reais com os casos base requiere uma análise prévia sobre as eventuais alterações de pressupostos que possam estar na sua origem,

- **PPP rodoviárias de portagem real:**

- Receita decorrente da assinatura do contrato da concessão Douro Litoral,
- Dois reequilíbrios financeiros: Lusoponte (13 M€), no âmbito da renegociação do contrato; Grande Lisboa (8,8 M€) devido a trabalhos adicionais nos lanços já existentes que foram integrados na concessão.

4.1.2. Em construção

Em 2008, encontravam-se em construção 4 projectos de auto-estradas da Rede Rodoviária Nacional cujos contratos de concessão foram assinados em 2008:

Quadro 4.1.2.1 - PPP Rodoviárias – Em construção

Sector Rodoviário	Concessionário	Prazo da Concessão	Investimento estimado (M€)
Subconcessão AE Transmontana	A-E 21, SA	30	895
Subconcessão Douro Litoral	AEDL, SA	27	872
Subconcessão Douro Interior	Aenor, SA	30	826
Subconcessão Túnel do Marão	A-E Marão, SA	30	458

Fonte: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

- Túnel do Marão, troço com uma extensão de cerca de 30 km da auto-estrada A4 que liga Amarante a Vila Real, assinado em Junho de 2008.
- Auto-estradas do Douro Interior, com cerca de 270 km, Douro Litoral com cerca de 130 Km e Transmontana, com a extensão de 186 km, tendo os respectivos contratos sido assinados em Novembro e Dezembro de 2008, respectivamente, tendo iniciado as obras já em 2009.
- As auto-estradas mencionadas combinam troços sem portagem com troços com portagens pagas pelos utilizadores, que constituirão receitas do concedente, cabendo a este realizar os pagamentos por disponibilidade às concessionárias.

Para as anteriores concessões do Estado que integram a Rede Rodoviária Nacional, de que fazem parte as SCUT, o actual contrato de concessão entre o Estado e a EP,SA estabeleceu os mecanismos que possibilitam a cessão da posição contratual do Estado àquela empresa. Sem prejuízo disso, os fluxos financeiros decorrentes desses contratos passaram a ser da responsabilidade da EP, SA.

4.1.3.Em concurso

No final de 2008 encontravam-se em fase de concurso ou em preparação de lançamento de concurso os seguintes projectos lançados, ou em fase de preparação para lançamento, pela EP:

Quadro 4.1.3.1 PPP Rodoviárias em Concurso

PPP em concurso	Investimento estimado (M€)
Sub. CC Rodoviárias	3.427
Baixo Tejo	443
Baixo Alentejo	586
Litoral Oeste	536
Autoestrada do Centro	740
Algarve Litoral	150
Pinhal Interior	772
PPP a lançar	
Alto Alentejo	200

Fonte: Estradas de Portugal, SA

Os contratos referentes às auto-estradas do Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Litoral Oeste foram assinados durante o primeiro trimestre de 2009. Do plano de concessões rodoviárias, faltava lançar apenas o concurso para a auto-estrada do Alto Alentejo.

4.1.4. Outros factos relevantes no sector rodoviário

Durante 2008, e para além dos já mencionados, destacam-se os seguintes factos relevantes no sector rodoviário:

- Revisão do contrato de concessão da Brisa, Auto-Estradas de Portugal, S.A., como corolário de um acordo global alcançado sobre questões de natureza financeira pendentes com o Estado, consagrando a partilha de benefícios entre as partes, e a prorrogação do prazo da concessão por mais 3 anos, até 2035.
- Início do processo de implementação do sistema de cobrança electrónica, envolvendo uma alteração significativa no modelo operativo, passando o concedente a pagar por disponibilidade e a beneficiar das receitas cobradas.
- Atribuição à EP - Estradas de Portugal, SA (EP, SA) da concessão do financiamento, concepção, projecto, construção, exploração, requalificação e alargamento da rede viária, tornando-a concessionária geral da rede rodoviária nacional². Em consequência do modelo instituído, as concessões integrantes da rede viária nacional lançadas em 2008 passaram a integrar o universo das subconcessões cometidas à EP, SA, assumindo esta empresa o papel de concedente directo perante as concessionárias.

4.2. FERROVIÁRIAS

No âmbito das PPP, o sector ferroviário tem como desafio fundamental o desenvolvimento, nos próximos anos, da futura Rede de Alta Velocidade, peça integrante da Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário, incluindo os eixos Lisboa – Madrid, Lisboa - Porto e Porto – Vigo. Durante 2008 foi lançado o concurso para o troço Poceirão – Caia do eixo Lisboa – Madrid (PPP1).

4.2.1. Em exploração

Encontram-se em exploração dois projectos ferroviários em regime de PPP: a ligação ferroviária entre Lisboa e Setúbal (eixo ferroviário Norte – Sul) com a Travessia Ferroviária da Ponte 25 de Abril e o Metro Sul do Tejo, cuja 3.ª fase foi inaugurada no passado dia 28 de Novembro de 2008, com a ligação de Cacilhas à Cova da Piedade, e a conclusão da ligação entre Corroios e a Universidade (campus universitário da UNL).

² O Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de Novembro aprovou o contrato de concessão entre o Estado e a EP e a Lei n.º 55/2007 de 31 de Agosto instituiu a Contribuição de Serviço Rodoviário, que visa financiar a mesma rede rodoviária nacional concessionada.

Quadro 4.2.1.1 – Pagamentos líquidos no exercício de 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Ferroviárias	Ano 2008 - Situação em 31.12.2008					
	REL. OE	Executado	Desvios	Reequilíbrios	Total	%Exec./OE
Eixo Ferroviário Norte Sul	11,6	8,0	-3,6	-	8	69%
Metro Sul do Tejo	-	24,1	24,1	0,3	24,4	n.a.
Total	11,6	32,1	20,5	0,3	32,4	279%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

- O desvio face às previsões constantes do relatório do orçamento de Estado de 2009, ficou a dever-se ao pagamento, pelo Estado como concedente, da quantia de 24,4 M€ à Metro Sul do Tejo, SA, dos quais 24,1 M€ respeitante à última prestação da comparticipação pública nas ILD (Infra-estruturas de Longa Duração) da 1ª fase, dando-se por cumpridos os montantes financeiros previstos no respectivo *caso-base*.
- Quanto ao eixo ferroviário Norte-Sul, os elevados níveis de procura verificados em 2007 e 2008 traduziram-se em pagamentos da concessionária ao Estado, pelo excedente sobre a receita obtida face ao *caso-base*, que conjugados com os pagamentos por disponibilidade a realizar pelo Estado, resultaram num esforço financeiro líquido inferior ao previsto.

4.2.2. Em concurso

Encontravam-se, no final de 2008, em fase de concurso ou em preparação de lançamento de concurso os seguintes projectos:

Quadro 4.2.2.1 PPP no sector ferroviário: em concurso

Unid: M€

Rede Alta Velocidade - Investimento na Infra-estrutura		Linha AV	Linha Convencional	Total
PPP1	Poceirão/Caia (Lisboa/Madrid)	1.411	300	1.711
PPP2	Lisboa/Poceirão (Lisboa/Madrid)	928	657	1.585
	Ligação ao NAL	50		50
Investimento Total		2.388	957	3.345

Fonte: RAVE "Estudo Estratégico - Linha Ferroviária de Alta Velocidade: Troço Poceirão - Caia / Eixo Lisboa - Madrid"

Quadro 4.2.2.2 PPP no sector ferroviário: em fase preparação de lançamento de concurso

Unid: M€

Rede Alta Velocidade - Investimento na Infra-estrutura		Linha AV	Total
PPP3	Lisboa/Pombal (Lisboa/Porto)	2.169	2.169
PPP4	Alta Velocidade Pombal/Porto (Lisboa/Porto)	1.698	1.698
PPP5	Alta Velocidade Braga/Vigo (Porto/Vigo)	800	800
PPP6	Sinalização e Telecomunicações Estações Lisboa e Porto	604	604
Investimento Total		5.271	5.615

Fonte: RAVE "Estudo Estratégico - Linha Ferroviária de Alta Velocidade: Troço Poceirão - Caia / Eixo Lisboa - Madrid"

- Troço Poceirão – Caia: concurso lançado no final do 1º semestre de 2008
- Troço Lisboa-Poceirão: concurso lançado no início de 2009 (poderá incluir uma ligação ao novo aeroporto de Lisboa).
- Preve-se que a conclusão dos dois troços, que ligarão Lisboa a Caia, incluindo a terceira travessia sobre o Tejo, ocorra em 2013.
- Sinalização e telecomunicações (PPP6): deu-se início à preparação do Concurso público para a concessão do projecto, construção, fornecimento e manutenção, transversal a toda a rede, no primeiro semestre de 2009,

Relativamente ao eixo Lisboa – Madrid, o prazo definido para as concessões relativas às infra-estruturas rodoviárias é de 40 anos, enquanto para os sistemas de sinalização e comunicação, o prazo contratual não deverá exceder os 20 anos.

4.3.SAÚDE

O Programa de Parcerias Público-Privadas no sector da saúde tem constituído um dos pilares na política de saúde do Governo para o prosseguimento da melhoria da oferta dos cuidados hospitalares a nível nacional.

4.3.1.Em exploração

Quadro 4.3.1.1 – Pagamentos líquidos no exercício de 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Saúde	Ano 2008 - Situação em 31.12.2008					
	REL. OE	Executado	Desvios	Reequilíbrios	Total	%Exec./OE
Hospital de Cascais	72,8	-	-72,8	-	-	0%
Centro Medicina Física e Reabilitação do Sul	3,4	2,6	-0,8	-	2,6	76%
Centro Atendimento do SNS	4,5	9,1	4,6	-	9,1	202%
Total	80,7	11,7	-69,0	-	11,7	14%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

A verba orçamentada para início da construção do Hospital de Cascais não foi utilizada, em virtude do contrato ter sido formalizado já no decorrer do ano de 2009;

Até final de 2008 apenas se verificaram fluxos financeiros relativamente a dois contratos de prestação de serviços para a exploração de dois centros, verificando-se que no caso do Centro de Atendimento “Saúde 24” houve um desvio significativo face ao previsto, justificado pela maior divulgação pública, e conseqüente utilização, deste serviço.

4.3.2.Em construção

Em 2008 deu-se início à construção do novo Hospital de Cascais e foram aprovadas as bases de concessão e minuta do contrato do novo Hospital de Braga, prevendo-se que entrem em funcionamento em 2010 e 2011 respectivamente.

Quadro 4.3.2.1 PPP Saúde – Em construção

Sector da Saúde	Concessionário	Aprov. bases	Investimento estimado (M€)
Hospital de Braga-Ent.Gestora Edifício	Escala Braga, SA	2008	135
Hospital de Cascais - Ent. Gestora do Estabelecimento	HPP, SA	2008	403
Hospital de Cascais - Ent. Gestora do Edifício	TDHOSP, SA	2008	286

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

O novo Hospital de Cascais terá uma capacidade de 272 camas de internamento normal. O modelo de parceria adoptado para este hospital assenta num contrato de gestão celebrado com duas entidades gestoras: a HPP, S.A. (Grupo ligado à Caixa Geral de Depósitos), para o estabelecimento hospitalar (responsável pela prestação de cuidados de saúde) e TDHOSP, S.A. (consórcio liderado pela Teixeira Duarte) para o edifício hospitalar, responsável pela construção, financiamento, conservação e exploração do novo edifício hospitalar. Os prazos de concessão serão de 30 anos para o edifício hospitalar e de 10 anos para a prestação de cuidados de saúde, renováveis até ao prazo máximo de 30 anos.

Os respectivos contratos de gestão foram assinados em 2008, mas o contrato referente à gestão do estabelecimento hospitalar foi objecto de alguns ajustamentos, na sequência do seu envio para visto do Tribunal de Contas, acabando por ser formalizado apenas no início de 2009.

O novo Hospital de Braga, cujo contrato de concessão foi assinado com o consórcio “Escala Braga”, irá substituir o actual Hospital de S. Marcos a partir de 2011. Esta unidade hospitalar terá capacidade para 700 camas, mais 200 camas relativamente à unidade actual.

4.3.3.Em concurso

As PPP no sector da Saúde podem ser separadas em duas vagas, correspondendo a dois modelos distintos. O modelo adoptado nos hospitais da **primeira vaga** (Cascais, Braga, Vila Franca de Xira e Loures), inclui a componente do edifício hospitalar e a gestão de prestação de cuidados de saúde, enquanto os da **segunda vaga** (Lisboa Oriental e Algarve), assentam num novo modelo, em que o objecto concursal abrange apenas a vertente da infra-estrutura hospitalar, mantendo-se a gestão de prestação de cuidados de saúde no sector público.

Estavam em curso, no final de 2008, os concursos dos hospitais de Vila Franca de Xira (negociação final) e Loures (avaliação de propostas), ambos relativos à primeira vaga do programa de parcerias da saúde, e os hospitais de Lisboa Oriental³ e Central do Algarve, no âmbito da segunda vaga do mencionado programa.

³ Também chamado de Todos-os-Santos.

Quadro 4.3.3.1 PPP Saúde – Em concurso

PPP em concurso	Investimento estimado (M€)
Saúde	799
Hospital de Loures-Ent.Gestora Edifício	81
Hospital de Vila Franca Xira-Ent.Gestora Edifício	74
Hospital Lisboa Oriental - Ent. Gestora do Edifício	377
Hospital Central do Algarve- Ent.Gestora Edifício	267

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Paralelamente, encontram-se em curso os trabalhos de preparação dos concursos relativos aos Hospitais de Vila Nova de Gaia/Espinho e de Póvoa do Varzim/Vila do Conde, também da segunda vaga.

4.4.SEGURANÇA E EMERGÊNCIA

No âmbito do projecto denominado SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, por Despacho conjunto n.º28668/2008, dos ministros da Administração Interna e da Saúde, foi criado um Centro de Instalação do Serviço 112 – Número Nacional de Emergência (CI-112), o qual assegurará a gestão do novo serviço como também a operacionalização dos respectivos centros de atendimento; e irá promover as acções necessárias de formação e treino da equipa entre o modelo actual e o futuro.

Foi ainda analisada, no decurso de 2008, a extensão do projecto SIRESP à região autónoma da Madeira.

Quadro 4.4.1 – Pagamentos líquidos no exercício de 2008

Unidade, excepto percentagens: M€

Concessões Segurança e Emergência	Ano 2008 - Situação em 31.12.2008					
	REL. OE	Executado	Desvios	Reequilíbrios	Total	%Exec./OE
SIRESP - Sist.Integrado de Rede de Emerg. Segurança Portugal	27,9	28,4	0,5	-	28,4	102%
Total	27,9	28,4	0,5	-	28,4	102%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

5. CONCESSÕES

5.1.AEROPORTUÁRIAS

O modelo de implementação do projecto do NAL prevê o estabelecimento da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, que tem vindo a ser assegurado pela ANA - Aeroportos de Portugal, SA (ANA), passando a incluir agora a construção do novo aeroporto de Lisboa, e a privatização do capital desta empresa.

Durante o ano de 2008 foram preparados os projectos das bases de concessão e da minuta do contrato de concessão, a celebrar entre o Estado e a ANA, bem como analisados os modelos de privatização daquela empresa e de regulação da actividade.

O Investimento na infra-estrutura do novo aeroporto está estimado em 3 312,8 milhões de euros⁴ a realizar pela concessionária, prevendo-se que a comparticipação do Estado e de Fundos Comunitários não exceda os 600 milhões de euros⁵. O prazo da concessão deverá ser de 40 anos.

5.2. ENERGIA – RECURSOS HIDROELÉTRICOS

A Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) determinou a reformulação do regime de utilização de recursos hídricos criando, por um lado, um novo quadro de relacionamento entre o Estado e os utilizadores dos recursos hídricos, baseado no reconhecimento da garantia dos direitos do uso privativo de um bem público e, por outro, a introdução da figura da concessão para a utilização de recursos hídricos por particulares.

Considerando os objectivos definidos para o aproveitamento da energia hídrica face à actual potência hidroeléctrica instalada, foi lançado o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (**PNBEPH**), aprovado em 07.09.2007, e cuja implementação em 2008 passou pela outorga dos seguintes contratos de concessão:

Quadro 5.2.1 Concessões Recursos Hidroeléctricos

Sector Hídrico	Concessionário	Aprov. bases	Investimento estimado (M€)
Barragem Foz do Tua	EDP	2008	340
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	IBERDROLA	2008	1.700
Barragens do Fridão e Alvito	EDP	2008	510
Barragem Baixo Sabor	EDP	2008	257
Barragem Girabolhos	ENDESA	2008	360

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

A construção, exploração e manutenção das infra-estruturas nas novas barragens são asseguradas por investimento privado, mediante o pagamento ao Estado concedente dos direitos de uso da água.

⁴ De acordo com o Relatório LNEC / Janeiro de 2008, homologado pela RCM n.º 13/2008, de 10 de Janeiro, valores nominais a preços de 2007, sem investimentos de expansão.

⁵ A RCM n.º 20/2007, de 25 de Janeiro, refere que a viabilidade do projecto do NAL deverá desenvolver-se num contexto de limitação de fundos públicos, nacionais e comunitários, restrito a um máximo de 600 milhões de euros.

Ao abrigo do **PNBEPH**, foram identificados 8 empreendimentos hidroeléctricos a construir em regime de concessão, cujos concursos foram realizados em 2008 e que permitiram ao Estado, receber, a título de direito de exploração, cerca de 623 M€, como abaixo se discrimina:

Quadro 5.2.2 Valores recebidos pelos direitos exclusivos de exploração

	Unid: M€
Barragens de Gouvães, Padreselos, Alto Tâmega, Daivões	330
Barragem Baixo Sabor	135
Barragens do Fridão e Alvito	70
Barragem Foz do Tua	53
Barragem Girabolhos	35
Total Hídricas	623

5.3. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E GÁS

As actividades de recepção, de armazenamento e regaseificação de GNL, de armazenamento subterrâneo de gás natural e de transporte de gás natural continuam a ser exercidas através de concessões de serviço público. A distribuição de gás natural é exercida através da adjudicação de concessões ou licenças de serviço público.

Neste contexto, as actividades de transporte, distribuição, comercialização de último recurso e operação logística de mudança de comercializador estão sujeitas a regulação exercida pela ERSE, enquanto que a monitorização da segurança de abastecimento é da competência da Direcção-Geral de Geologia e Energia.

O quadro seguinte mostra o conjunto de concessões cujos contratos foram renovados em 2008:

Quadro 5.3.1 Concessões Energia – Gás Natural

Sector Energia - Gás Natural	Concessionário	Aprov. bases	Activo Líquido 2007 (M€)
Distribuição Regional de Gás Natural (Lisboa)	Lisboagás - Soc. Distrib. gás natural Lisboa, SA	2008	570
Distribuição Regional de Gás Natural (Centro)	Lusitaniagás - Comp. de gás do centro, SA	2008	281
Distribuição Regional de Gás Natural (Setúbal)	Setgás - Soc. Prod. e Distrib. gás, SA	2008	156
Distribuição Regional de Gás Natural (Porto)	Portgás - Soc. Prod. e Distrib. gás, SA	2008	289
Distribuição Regional de Gás Natural (Beiras)	Beiragás- Comp. gás das Beiras, SA	2008	61
Distribuição Regional de Gás Natural (Vale do Tejo)	Tagusgás - Empr. gás do Vale do Tejo, SA	2008	63

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

5.4. AMBIENTE (ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS)

O enquadramento jurídico das actividades de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, saneamento e tratamento de resíduos, encontra-se definido, fundamentalmente, pelo Decreto-Lei n.º 378/93 de 5 de Novembro, nele se distinguindo os sistemas multimunicipais dos sistemas de titularidade municipal.

O desenvolvimento da gestão e exploração dos sistemas multimunicipais, de que são utilizadores fundamentalmente os municípios, pode ser assegurado directamente pelo Estado ou por este concessionado a entidade pública de natureza empresarial, que é o caso das empresas concessionárias de sistemas multimunicipais participadas pela Águas de Portugal, (SGPS), SA.

Compete ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR,IP), cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, acautelar os interesses dos utilizadores do sistema e a qualidade dos serviços prestados.

Durante o ano de 2008 foi celebrado um contrato de concessão com a RESIESTRELA, SA, sociedade anónima com um capital social inicial de quatro milhões de euros, detida em cerca de 63% pela Empresa Geral de Fomento, do Grupo AdP, e o restante por 13 autarquias que integram o sistema e Associação de Municípios da Cova da Beira, e que se dedica à exploração do Sistema Multimunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira.

6. ANEXO

Quadro 6.1 – Encargos plurinuais previstos

(IVA incluído) / Unid: M€

Ano	Concessões Rodoviárias			subtotal ⁽²⁾	Concessões Ferroviárias			subtotal	PPP's na área da Saúde	Outras ⁽⁵⁾	Total
	portagem real	portagem virtual	subconcessões		MST ⁽⁴⁾	Fertagus	RAV ⁽³⁾				
2008	-185,8	667,4	-	481,6	24,4	11,6	0,0	36,0	11,7	31,0	560,3
⁽¹⁾ 2009	57,9	647,8	-240,3	465,4	66,3	11,0	0,0	77,3	138,8	41,0	722,5
2010	26,2	714,6	-2,6	738,1	0,0	9,7	200,0	209,7	235,5	44,3	1.227,6
2011	14,6	748,5	-20,7	742,4	0,0	0,0	250,0	250,0	253,0	48,0	1.293,4
2012	6,8	739,6	-241,6	504,8	0,0	0,0	300,0	300,0	635,1	42,4	1.482,3
2013	6,2	702,8	-240,5	468,5	0,0	0,0	311,3	311,3	529,8	42,4	1.352,0
2014	5,7	741,4	376,7	1.123,8	0,0	0,0	562,6	562,6	543,9	42,4	2.272,7
2015	5,2	738,1	481,9	1.225,3	0,0	0,0	529,3	529,3	563,1	42,4	2.360,1
2016	4,7	736,1	481,3	1.222,1	0,0	0,0	535,5	535,5	584,7	42,4	2.384,7
2017	4,2	730,2	486,8	1.221,2	-	-	477,1	477,1	607,6	42,4	2.348,3
2018	3,7	761,4	495,3	1.260,4	-	-	459,8	459,8	631,0	42,4	2.393,5
2019	3,1	686,4	494,4	1.183,9	-	-	444,6	444,6	456,1	42,4	2.127,0
2020	-9,2	723,3	491,1	1.205,2	-	-	437,9	437,9	267,9	42,4	1.953,3
2021	-9,9	716,1	489,8	1.196,1	-	-	430,6	430,6	263,7	42,4	1.932,8
2022	-10,6	703,0	490,6	1.182,9	-	-	423,0	423,0	145,0	0,0	1.751,0
2023	-11,2	708,8	485,0	1.182,7	-	-	414,9	414,9	146,8	0,0	1.744,4
2024	-11,6	699,5	489,0	1.176,9	-	-	406,2	406,2	148,6	0,0	1.731,7
2025	-12,2	585,3	491,6	1.064,7	-	-	396,9	396,9	150,4	0,0	1.612,0
2026	-12,9	538,5	489,2	1.014,8	-	-	387,0	387,0	152,2	0,0	1.554,1
2027	-13,5	449,7	496,9	933,1	-	-	377,5	377,5	154,1	0,0	1.464,7
2028	-14,1	417,8	495,1	898,8	-	-	397,8	397,8	156,0	0,0	1.452,5
2029	-14,7	397,2	491,4	874,0	-	-	362,9	362,9	158,0	0,0	1.394,9
2030	-8,9	246,2	494,6	731,9	-	-	408,3	408,3	160,0	0,0	1.300,1
2031	-3,9	164,2	486,7	647,0	-	-	352,7	352,7	162,1	0,0	1.161,8
2032	-4,0	6,3	477,9	480,1	-	-	352,1	352,1	164,2	0,0	996,4
2033	-4,2	0,0	482,1	477,9	-	-	331,3	331,3	166,3	0,0	975,5
2034	-69,4	0,0	482,3	412,9	-	-	345,6	345,6	168,5	0,0	926,9
2035	-61,8	0,0	484,1	422,3	-	-	333,7	333,7	170,7	0,0	926,7
2036	-72,7	0,0	485,3	412,6	-	-	321,1	321,1	172,9	0,0	906,6
2037	0,0	0,0	490,2	490,2	-	-	307,9	307,9	175,3	0,0	973,3
2038	0,0	0,0	433,9	433,9	-	-	293,9	293,9	168,7	0,0	896,5
2039	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	279,3	279,3	137,3	0,0	416,6
2040	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	263,9	263,9	0,0	0,0	263,9
2041	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	247,6	247,6	0,0	0,0	247,6
2042	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	230,6	230,6	0,0	0,0	230,6
2043	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	222,9	222,9	0,0	0,0	222,9
2044	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	188,9	188,9	0,0	0,0	188,9
2045	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	188,4	188,4	0,0	0,0	188,4
2046	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	138,8	138,8	0,0	0,0	138,8
2047	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	115,0	115,0	0,0	0,0	115,0
2048	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	92,8	92,8	0,0	0,0	92,8
2049	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	69,5	69,5	0,0	0,0	69,5
2050	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-80,0	-80,0	0,0	0,0	-80,0

Fonte: Entidades Gestoras dos Projectos

(1) Valor estimado

(2) Os encargos líquidos decorrentes das concessões e subconcessões rodoviárias são da responsabilidade da EP,SA, nos termos do modelo financeiro definido pelo Decreto-Lei nº 380/2007 de 13.11. As subconcessões designam-se desta forma por já terem sido lançadas pela EP, S.A. como concessionária do Estado.

(3) Em 2010 e 2015 foi incluída a previsão de pagamentos do Estado na fase de construção relativos ao projecto de alta velocidade. Os encargos do estado com disponibilidade no projecto RAV iniciam em 2014.

(4) MST: O Acordo de reposição celebrado em 22/10/2008 estabeleceu uma compensação total assumida pelo concedente, no valor de 66,3 milhões de euros.

(5) Respeita ao SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal

Quadro 6.2 – Pagamentos líquidos no exercício de 2008

Unid: M€

Concessões	Ano 2008 - Situação em 31.12.2008					
	REL. OE	Executado	Desvios	Reequilíbrios	Total	%Exec./OE
Concessões Rodoviárias - portagens virtuais						
Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	45,4	43,3	-2,1	-	43,3	95%
Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	138,8	136,4	-2,4	1,5	137,9	99%
Concessão Scut Interior Norte (IP3)	107,5	92,4	-15,1	-	92,4	86%
Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	71,8	71,6	-0,2	-	71,6	100%
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	101,7	78,2	-23,5	-	78,2	77%
Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	44,2	42,4	-1,8	21,8	64,2	145%
Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	195,1	179,8	-15,3	-	179,8	92%
Subtotal	704,5	644,1	-60,4	23,3	667,4	95%
Concessões Rodoviárias - portagens reais						
Sub-concessão Douro Litoral	-	-207,6	-207,6	-	-207,6	n.a.
Concessão Lusoponte	-	-	-	13,0	13,0	n.a.
Concessão Grande Lisboa	-	-	-	8,8	8,8	n.a.
Concessão Norte	155,6	-	-155,6	-	-	0%
Subtotal	155,6	-207,6	-363,2	21,8	-185,8	-119%
Total Concessões Rodoviárias (1)	860,1	436,5	-423,6	45,1	481,6	56%
Concessões Ferroviárias						
Eixo Ferroviário Norte Sul	11,6	8,0	-3,6	-	8	69%
Metro Sul do Tejo	-	24,1	24,1	0,3	24,4	n.a.
Subtotal (2)	11,6	32,1	20,5	0,3	32,4	279%
Concessões Saúde						
Hospital de Cascais	72,8	-	-72,8	-	-	0%
Centro Medicina Física e Reabilitação do Sul	3,4	2,6	-0,8	-	2,6	76%
Centro Atendimento do SNS	4,5	9,1	4,6	-	9,1	202%
Subtotal (3)	80,7	11,7	-69,0	-	11,7	14%
Sector Segurança						
SIRESP - Sist.Integrado de Rede de Emerg. Segurança Portugal	27,9	28,4	0,5	-	28,4	102%
Subtotal (4)	27,9	28,4	0,5	-	28,4	102%
Total PPP (1)+(2)+(3)+(4)	980,3	508,7	-471,6	45,4	554,1	57%

Fonte: Entidade Gestora dos Projectos

Quadro 6.3 PPP Execução vs Caso-Base

ENCARGOS COM PPP - EXECUÇÃO 2008 VS CASO BASE Uni: 10⁶ €

Concessões	Pagamentos Líquidos do Estado 2008				
	Caso base	Execução	Reequilíbrios	Total Executado	% Exec.s/C.B.
Sector Rodoviário - portagens virtuais					
Concessão Scut do Algarve (IC4/IP1)	39,4	43,3	-	43,3	110%
Concessão Scut da Beira Interior (IP2/IP6)	130,5	136,4	1,5	137,9	106%
Concessão Scut Interior Norte (IP3)	125,2	92,4	-	92,4	74%
Concessão Scut da Costa de Prata (IC1/IP5)	73,4	71,6	-	71,6	98%
Concessão Scut Grande Porto (IP4/IV24)	91,1	78,2	-	78,2	86%
Concessão Scut Norte Litoral (IP9/IC1)	40,5	42,4	21,8	64,2	158%
Concessão Scut das Beiras Litoral e Alta (IP5)	183,7	179,8	-	179,8	98%
Total	683,8	644,1	23,3	667,4	98%